



EDUCADORES E EDUCADORAS, SOB COORDENAÇÃO DO SIND-UTE/MG, APROVARAM OS EIXOS DA LUTA PARA 2019 E VOTARAM A COMISSÃO ELEITORAL QUE VAI COORDENAR OS TRABALHOS DAS ELEIÇÕES DO SINDICATO



09/03/2019 - Votação durante Conselho Geral Eleitoral

Trabalhadores e trabalhadoras em educação de Minas Gerais realizaram, no último dia 9 de março, o seu 1º Conselho Geral Eleitoral e a primeira Assembleia Estadual deste ano. Essas atividades foram convocadas pelo Sindicato com objetivos específicos: definir os eixos da Campanha Salarial Educacional 2019, aprovar o calendário de lutas para esse início do ano e eleger a Comissão Eleitoral que vai coordenar os trabalhos das eleições do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) marcadas para o período de 22 a 26 de abril.

Esse foi o maior Conselho Geral Eleitoral da história do Sind-UTE/MG e contou com edu-

cadores e educadoras de todas as regiões do Estado. A categoria definiu o seguinte eixo central da luta: **Contra a Reforma da Previdência, em defesa da escola pública, autônoma e democrática, pelo cumprimento do Piso Salarial, abertura de negociação pelo governo do Estado.**

Ao abrir os trabalhos, os diretores estaduais, Feliciano Saldanha, coordenadora do departamento de Formação Política, Pedagógica e Sindical, Lecioni Pereira Pinto, coordenadora do departamento Jurídico e Fábio Garrido, coordenador da Subsede de Ouro Preto, deram boas-vindas aos presentes e contextualizaram os principais desafios do momento.

CONJUNTURA

Fábio Garrido fez uma análise da Conjuntura e abordou sobre as dificuldades pelas quais passa o capitalismo em âmbito mundial. "O capital e a burguesia vivem uma crise imensa. Eles não conseguem manter e nem ampliar suas taxas de lucro. A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, bem como, a eleição de outros governos neofascistas apresenta novas formas de governar do imperialismo", afirmou.

Ainda de acordo com Garrido, "é essa nova direita neofascista, que no Brasil resultou no golpe de 2016, na Lava Jato que provocou um desequilíbrio político, na prisão de Lula e na eleição de Bolsonaro." E o que eles têm como projetos são a retirada de direitos da classe trabalhadora, a exploração máxima do trabalho, da terra por meio da intensificação do agronegócio e da flexibilização das leis trabalhistas, bem como o saque dos recursos naturais, que trazem como consequência a destruição dos povos e, neste cenário, os



09/03/2019 - Análise de Conjuntura

crimes da Vale, a exemplo do que aconteceu em Brumadinho recentemente mostram isso.

Fábio Garrido afirmou ainda que o governo Bolsonaro se sustenta pelo apoio de forças militares, dos empresários banqueiros e de setores mais conservadores, que defendem o patriarcado, a exemplo do grupo que pauta a Escola Sem Partido/Lei da Mordada e atacam a educação de todas as formas.

Por sua vez, na mesma linha de Bolsonaro, o governador Romeu Zema, em Minas Gerais, com a sua Reforma Administrativa ataca servidores/as e serviços públicos, apoia a Reforma da Previdência do governo federal que vai acabar com o direito à aposentadoria, reforma essa que ataca direitos de todos e todas, mas de maneira mais significativa as profissionais da educação (professoras). "Zema traz de volta à gestão do Estado, Renata Vilhena, que foi uma das responsáveis nos governos Aécio/Anastasia pelo choque de gestão, que destruiu direitos e atacou a educação."



09/03/2019 - Diretores estaduais, Lecioni Pereira Pinto, Feliciano Saldanha (ao microfone) e Fábio Garrido

CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2019

Durante o Conselho Geral pela manhã e depois em Assembleia estadual, à tarde, no dia 9 de março, os trabalhadores e as trabalhadoras em educação aprovaram os itens que compõem a Campanha Salarial Educacional 2019. Foram definidos como eixos centrais da luta a manutenção da gestão democrática na escola e a luta pelo Piso Salarial.

A pauta da campanha Salarial Edu-

cacional 2019 foi atualizada com novas demandas que se apresentaram contemplando todos os cargos das carreiras da educação que o Sind-UTE/MG representa.

Foi deliberada que os trabalhadores e trabalhadoras em educação participarão da luta nacional contra a Reforma da Previdência e, neste sentido, estarão presentes nas atividades do dia 22 de março.



MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Outra pauta importante é o combate ao projeto de militarização das escolas públicas. Esse assunto passará a constar nos itens de reivindicações da campanha Salarial Educacional 2019.

22 de março - Assembleia Estadual com paralisação total de atividades

Foi também deliberada durante a Assembleia estadual, que será realizada uma nova assembleia estadual, no dia 22 de março, com paralisação total de atividades. Na oportunidade acontecerá um dia nacional de mobilizações rumo à greve geral contra a Reforma da Previdência.

Os educadores e as educadoras farão em todo o Estado até essa data, diversas atividades, tais como, rodas de conversa, manifestações, plenárias e mobilizações para aquecer e preparar a base para fortalecer esse dia nacional de lutas rumo à greve geral, que está sendo chamado pelas centrais, entre elas, a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Sind-UTE/MG convoca
22 março 2019 **14h**
ASSEMBLEIA ESTADUAL
COM PARALISAÇÃO TOTAL DE ATIVIDADES
EDUCAÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
✓ Luta contra a Reforma da Previdência
✓ Abertura de negociação com o Governo do Estado
Assembleia Legislativa / ALMG
R. Rodrigues Caldas, 30 - Santo Agostinho - BH
UTE
40 ANOS
CUT

VAMOS PARAR A EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS!

Para enfrentar a retirada de direitos do governo Zema, barrar o fascismo e a Reforma da Previdência, a proposta é parar todas as escolas no dia 22 de março e dar um basta aos ataques feitos à educação em Minas e no Brasil.

Os educadores e educadoras também pautaram eixos que visam garantir uma educação digna para todos e todas, condições de trabalho e não à privatização da educação pública. Os eixos aprovados são:

- Educação de qualidade
- Salário e carreira – política de remuneração

- Ipsemg e Previdência
- Gestão democrática
- Vínculo profissional e Quadro de Escola
- Demandas específicas das SREs e do Órgão Central da SEE
- Outras demandas



DEBATES E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÕES



09/03/2019 - Debates e estratégias de lutas

O debate amplo e bastante participativo abriu espaço para que cerca de 20 conselheiros e conselheiras se manifestassem. E a maioria falou do trabalho a ser feito junto à base para engajar, cada vez mais, um número maior de profissionais da educação nas lutas travadas pelo Sindicato.

Foi afirmada ainda a necessidade de fortalecer o engajamento da educação em pautas, tais como, a Reforma da Previdência, que atingirá a todos e todas - aposentados/as e quem ainda não se aposentou - e a Reforma Administrativa do governo Romeu Zema.

Assuntos como o combate ao racismo, misoginia, Escola sem Partido/Lei da Mordaza, o ataque do governo Bolsonaro ao segmento sindical com a Medida Provisória 873, a cobrança ao governo dos recursos do Funpemg, extinto em 2013, autonomia ao Ipsemg, a defesa do Estado Democrático de Direito, da democracia e Lula Livre.

Muito se falou sobre o apoio à deputada Beatriz Cerqueira, que vem sofrendo com posturas machistas no âmbito da ALMG, o que tem dificultado o seu trabalho à frente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e, neste sentido, foi aprovada uma moção de

repúdio a essa situação e de apoio à Beatriz Cerqueira. Foi ainda aprovada uma moção de pêsames pelo falecimento do jornalista Dídimio Paiva ocorrido no dia 9 de março último, ícone do jornalismo mineiro e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Sua trajetória combativa, inclusive, de apoio à luta da educação no período da ditadura militar, em demandas da União dos Trabalhadores em Educação (UTE) foi referenciada.

Resistência

No período da tarde, a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, conduziu os trabalhos e abriu sua fala lembrando que seu mandato na Assembleia Legislativa de Minas Gerais será sempre um instrumento da luta dos/as educadores/as e da classe trabalhadora. "Estamos ao lado de vocês e não aceitamos salários atrasados, salas de aula superlotadas, o processo maciço de privatização do governo Zema, a precarização das relações de trabalho. Seremos a voz de vocês e faremos a resistência no parlamento", reforçou.

Foi lembrado que esse governo não cuida do povo como diz ao afirmar, por exemplo, que o crime da Vale, em Brumadinho, foi acidente. Agora, em outra vertente, contrata a Fundação Lemman para conduzir um processo de seleção de pessoal para atuar na gestão pública do Estado. "Ninguém nos cala, ninguém cala a educação e essa categoria que sempre foi forjada na luta. Façamos o melhor processo de construção. Fui eleita presidenta da Comissão de Educação e eles ainda não compreenderam que fomos forjadas na luta coletiva das mulheres, que viemos de uma categoria que fez a maior greve da educação de



09/03/2019 - Assembleia Estadual define estratégias de lutas



09/03/2019 - Em votação!

ELEIÇÃO E INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Foram passados informes sobre o processo eleitoral do Sind-UTE/MG, conforme o Estatuto do Sindicato. Lembrando que desde o dia 27 de fevereiro, já foram publicadas em jornais de grande circulação no Estado e também no site do Sindicato que o processo das eleições do Sindicato está aberto. As informações sobre esse processo também vêm sendo divulgadas desde o final do ano passado, quando foi realizado o Conselho Geral da Entidade.

Até o dia 29 de março será dado prazo para inscrição de chapas que concorrerão as eleições ocorrem no período de 22 a 26 de abril.

A posse da próxima direção estadual, conselho geral e direção de subsedes será no dia **16 de maio**.

todos os tempos, que faz caminhadas de até 15 km para levantarem suas bandeiras. Não irão nos calar!”, reforçou Beatriz Cerqueira.

Ela também lembrou que é membro efetivo na Comissão de Administração Pública por onde pautas importantes, tais como, a Reforma Administrativa, Ipsemg e outros assuntos importantes do conjunto do funcionalismo.

O deputado federal, Rogério Correia, também marcou presença na Assembleia Estadual do Sind-UTE/MG e, ao saudar os presentes, colocou seu mandato à disposição dos profissionais da educação e falou de projetos de leis importantes que estão na pauta da Câmara dos Deputados a exemplo de um PL que taxa em 15% os lucros e dividendos das grandes empresas nacionais e internacionais.



CALENDÁRIO DE LUTAS

22/3 – Assembleia Estadual com paralisação de atividades rumo à construção da greve nacional contra a Reforma da Previdência.

ATÉ O DIA 22/3 – mobilizações, rodas de conversa, visitas às escolas e às Câmaras Municipais, seminários, plenárias para debater sobre a Reforma da Previdência e seus impactos nefastos para o povo brasileiro.



09/03/2019 - Juntos e mobilizados



CENTRAIS UNIDAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Jairo Nogueira, secretário-geral da CUT Minas, Celina Areas, da direção da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CTB) Gustavo Olímpio, da CSP Conlutas e da Subsele do Sind-UTE/MG de Contagem, fizeram saudações aos presentes destacando a importância da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras neste momento de ataque aos direitos da classe trabalhadora.

Como representantes de centrais sindicais falaram da necessidade de unir forças para combater o projeto maléfico de Jair Bolsonaro da Reforma da Previdência e reafirmaram disposição de unir esforços para realizar um dia nacional de lutas muito forte no dia 22 de março.

Celina Areas, da CTB, lembrou que *"vivemos um governo ultraliberal em economia, o que representa o Estado Mínimo nas questões sociais; ultraconservador e autoritário na política, e que prioriza a conservação dos costumes e, neste cenário, as mulheres são as que mais sofrem."*

Gustavo Olímpio falou na consolidação de uma unidade em torno da pauta da Reforma da Previdência para evitar que esse governo retire direitos conquistados da classe trabalhadora.



09/03/2019 - "É preciso unir forças contra a Reforma da Previdência", diz Jairo Nogueira, da CUT/MG

Jairo Nogueira destacou a luta do Sind-UTE/MG e afirmou que esse é o Sindicato que hoje mais influencia a opinião pública em Minas Gerais. *"Acompanhar de perto e estar junto de vocês em todas as suas lutas é também fortalecer a pauta e as agendas de outras categorias cutistas. Talvez, depois do golpe de 2016, das últimas eleições do país, essa seja a primeira grande eleição da classe trabalhadora que teremos"*, disse.

COMISSÃO ELEITORAL

Ao final da Assembleia estadual foi eleita, por unanimidade, a Comissão Eleitoral que vai comandar o processo eleitoral deflagrado no dia 27 de fevereiro de 2019. Apenas uma chapa foi inscrita.



HOMENAGENS

Pelo falecimento de companheiros e companheiras de luta, os presentes fizeram homenagem àqueles que contribuíram com a luta da educação pública de Minas Gerais e nos deixou recentemente. São eles:

Maria Joana, professora de Itaobim

Delfina Teixeira de Oliveira, ASB em Muriaé, Conselheira do Sind-UTE/MG

Carlos Alberto Athaíde Moraes, da direção da Subsele de Montes Claros

Presente! Presente! Presente!

VÍTIMAS DO CRIME DA VALE

Uma homenagem também foi feita pelo Sind-UTE/MG às vítimas do crime da Vale em Brumadinho. Foi proposta a criação de um portal ou outro tipo de iniciativa que visa referenciar as memórias dessas pessoas.



CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2019

• PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

1. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

- Manutenção da gestão pública estatal das escolas estaduais sem a implementação de parcerias público-privadas, terceirização de serviços, militarização nem ensino-aprendizagem domiciliar.
- Organização do calendário escolar, de acordo com a realidade das comunidades escolares, discutido com a categoria e sem a penalização com o excesso de sábados letivos.
- Cumprimento da Lei Estadual 22.623/2017 que prevê medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os/as servidores/as do quadro da Secretaria de Estado de Educação (SEE) efetivando a política pública de combate à violência no ambiente escolar com vistas à garantia da segurança e da integridade física do/a Trabalhador/a em Educação em seu local de trabalho e da comunidade escolar.
- Elaboração de políticas públicas, com a participação da categoria e movimentos sociais, que combatam o analfabetismo, a baixa escolaridade da população, trabalho infantil e o trabalho análogo a escravo.
- Investimento na melhoria da rede física das unidades escolares e Superintendências Regionais de Ensino (SREs) em todas as regiões do Estado e conclusão das obras iniciadas.
- Redução do número de educandos/as por sala para os seguintes limites: anos iniciais do Ensino Fundamental com, no máximo, 20 educandos/as; anos finais do Ensino Fundamental com, no máximo, 25 educandos/as; Ensino Médio com, no máximo 30 educandos/as, inclusive, para salas com alunos com necessidades especiais.
- Implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
- Regulamentação do atendimento em todas as escolas estaduais de profissionais que façam assistência educacional multidisciplinar: fonoaudiólogo, assistente social, fisioterapeuta, psicólogo e oftalmologista.
- Mudança na estrutura de oferta do Ensino Médio considerando: a) atendimento em todas as regiões do Estado sem a nucleação de vagas, b) proposta curricular construída com os/as educadores/as e a comunidade escolar, c) oferta de todas as disciplinas em todos os anos, independente do nº de educandos/as e não aplicação da Medida Provisória 746.
- Abertura e ampliação dos laboratórios nas unidades escolares.
- Fim da política de integração de escolas como forma de municipalização do ensino.
- Elaboração, com a participação da categoria e comunidade escolar, de uma política Estadual de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de uma política estadual de Educação Especial.
- Elaboração de uma política que combata o bullying praticado no ambiente escolar contra educandos/as e profissionais da educação.
- Elaboração de uma política estadual de

- educação no campo, com a participação da categoria e movimentos sociais e imediata reabertura das turmas que foram fechadas.
- Fim da política de cessão de prédio de escola estadual para a Polícia Militar.
- Garantia do direito do/a educando/a com deficiências motoras, visuais e ortopédicas de ter acompanhamento de professor de apoio.
- Fim da política de telessalas na rede estadual como forma de aceleração obrigatória para estudantes fora da faixa etária, com distorção idade/série.
- Elaboração de uma política que garanta projetos relacionados a competições esportivas estudantis.
- Garantia do direito a educação sem a adoção da política de educação à distância (EAD) na educação básica.

1.1 FORMAÇÃO

- Elaboração, com participação da categoria, de uma política de formação continuada respeitando as características regionais, contemplando a inclusão, diversidade e meio ambiente.
- Retorno imediato da política de liberação dos/as Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação para cursar mestrado e doutorado.

2. SALÁRIO E CARREIRA

2.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

- Pagamento imediato do Piso Salarial Profissional de acordo com a Emenda Constitucional 95/2018 e Lei Estadual 21.710/2015.
- Cumprimento integral do acordo entre Governo e Sind-UTE/MG, assinado em 15/05/15 e contemplado pela Lei Estadual 21.710/15 e do Acordo específico dos servidores das Superintendências Regionais de Ensino e do Órgão Central.
- Fim da política de parcelamento de salários dos servidores estaduais.
- Retorno do pagamento para até o 5º dia útil do mês.
- Pagamento do décimo terceiro salário na data fixada em lei.

2.2. DIREITOS E VANTAGENS PESSOAIS

- Retorno do direito a biênios, quinquênios e demais vantagens para todos os/ os trabalhadores/os em educação ativos e aposentados.
- Respeito ao direito de gozo de férias-prêmio do/a servidor/a, deferindo todos os pedidos já feitos e eliminando o percentual limite de 20%. No caso do/a servidor/a que não consiga usufruir, que ele receba em espécie o mesmo saldo adquirido após 2004.
- Pagamento imediato de vantagens e direi-

tos adquiridos quando do afastamento preliminar à aposentadoria e aposentadoria publicadas.

- Pagamento do adicional noturno aos/às profissionais da educação, de acordo com a legislação em vigor.
- Imediato pagamento do prêmio por produtividade dos anos de 2013, 2014.
- Pagamento imediato de direitos adquiridos, gratificações e extensão de jornada em atraso.
- Revisão das atuais regras de concessão de auxílio-transporte de forma que inclua to-

dos os profissionais e que o valor seja de acordo com o deslocamento real do trabalhador/a.

- Retorno do direito de afastamento da regência quando o/a professor/a contemplar 25 anos de sala de aula. Rediscussão do passivo de contribuição previdenciária acumulado por diretores/as de escola.
- Garantia do direito de férias aos/às diretores/as de escola.
- Imediato pagamento do Adicional por Valorização da Educação Básica (ADVEB), publicados e não pagos.

2.3. CARREIRA

- Modificação do interstício para promoção por escolaridade para anualmente.
- Garantir direitos e vantagens na carreira para os profissionais da rede estadual que atuam em APAE, APAC e Escola Família Agrícola.
- Modificação da legislação estadual para que o afastamento de servidor/a em função de licença médica não acarrete prejuízo em seu direito à promoção por es-

colaridade adicional.

- Estabelecimento de uma política de profissionalização dos funcionários da educação conforme Lei Federal 12.014/2009.
- Vincular o vencimento básico do Auxiliar de Serviços da Educação Básica ao do Assistente Técnico da Educação Básica.
- Valorizar o tempo de serviço anterior a nomeação em concurso público.

2.4. JORNADA DE TRABALHO

- Que a exigência curricular seja opcional.
- Rediscussão da organização do módulo de hora-atividade.
- Imediato retorno da disciplina de Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental ministrados por professores/as habilitados/as.
- Que a extensão de jornada seja opcional em todas as situações.
- Respeito ao Estatuto do Magistério que permite o cumprimento de hora-ativida-

de no intervalo de aulas e recreio.

- Fim imediato do aumento da jornada de trabalho das especialistas em educação.
- Que o módulo hora-aula dos anos iniciais do ensino fundamental seja de 50 minutos.
- Pagamento integral da jornada trabalhada aos/as professores/as do atendimento educacional especializado (AEE).
- Revisão da política do diário eletrônico na rede estadual.

3. IPSEMG e PREVIDÊNCIA

- Implementação das propostas aprovadas no Fórum do IPSEMG realizado em 2015.
- Melhoria no atendimento do IPSEMG, tanto na rede própria, quanto na rede conveniada.
- Revogação da lei que extinguiu o FUNPEMG.
- Garantir atendimento do IPSEMG para aposentados pelo Regime Geral de Previdência oriundos da LC 100, especialmente os cargos de ASB
- Resgatar a autonomia financeira e administrativa do IPSEMG.

4. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA E DO SISTEMA

- Garantia de autonomia administrativa, pedagógica e financeira para as unidades escolares e Superintendências Regionais de Ensino.
- Elaboração de uma política pedagógica para acabar com o assédio moral no ambiente escolar e nas Superintendências Regionais de Ensino.
- Possibilitar que todas as pessoas, de todos os segmentos, que compoñam o colegiado escolar possam exercer a função de Presidente.
- Eleição direta de trabalhador/a em educação da rede estadual para Superintendente Regional de Ensino.
- Realização imediata do processo de escolha, pela comunidade escolar, das equipes diretivas das unidades escolares, com edital negociado com o sindicato.

5. VÍNCULO FUNCIONAL E QUADRO DE ESCOLA

- Elaboração de uma política de respeito, valorização e readaptação para os/as servidores/as em ajustamento funcional, respeitando a sua restrição laboral, a jornada do cargo e a manutenção dos direitos e vantagens.
- Elaboração do quadro de escola em negociação com o Sind-UTE/MG.
- Organização do quadro da escola com o aumento do número de Auxiliar de Serviços da Educação Básica, Assistentes Técnicos da Educação Básica e Especialista em Educação Básica por turno e respeitando a opção do turno de trabalho do profissional.
- Que os contratos dos Assistentes Técnicos de Educação Básica tenham vigência até janeiro do ano seguinte ao início da vigência do contrato.
- Posse imediata dos concursados aprovados para todos os cargos vagos existentes na Rede Estadual.
- Realização de novos concursos incluindo professor/a de libras, professor/a de apoio e Assistente Técnico da Educação Básica financeiro, professor/a de língua espanhola, Auxiliar de Serviços da Educação Básica (com valorização do tempo de serviço) e demais cargos.

- Fim das punições aos/às servidores/as designados/as.
- Autorização de designação para substituição dos servidores em férias regulamentares.
- Organização do quadro de escola de modo que a primeira designação do ano seja centralizada/nucleada.
- Autorização para imediata contratação de substituto de Auxiliar de Serviço da Educação Básica, Assistente Técnico, especialista e professor para o uso da biblioteca em licença médica ou férias-prêmio.
- Contratação de Auxiliar de Serviços da Educação Básica para atuar nas Superintendências Regionais de Ensino.
- Instalação das novas Superintendências Regionais de Ensino (SREs) ou Unidades de atendimento que já foram aprovadas pelo Estado e que ainda não foram criadas.
- Contemplar na organização do quadro de escola, a distribuição de turmas e aulas respeitando a habilitação do/a educador/a.
- Reorganização do quadro de profissionais do CESEC considerando a Lei Federal 11.738/08 e a garantia de oferta ao educando de todos os componentes curriculares incluindo a banca de avaliação.

6. DEMANDAS ESPECÍFICAS DOS SERVIDORES E DAS SERVIDORAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO E DO ÓRGÃO CENTRAL

- Correção das tabelas salariais de modo a diminuir a diferença salarial entre os cargos de Técnico Educacional (TDE) e Analista Educacional (ANE) em 85%.
- Reajuste do valor do cartão-alimentação estendendo este benefício para todos os servidores, inclusive, aqueles que cumprem 6 horas.
- Equiparação salarial entre os cargos de Analista Educacional e de Analista Educacional com função de Inspetor Escolar.
- Extinção da política do Forponto.
- Agilidade na análise dos processos de aposentadorias dos servidores de acordo com a ordem cronológica de protocolo.
- Regulamentação da certificação para todos os servidores das Superintendências Regionais de Ensino.
- Direito de certificação para todo servidor com nível superior para o cargo de superintendente.
- Isonomia de carga horária, 7 horas diárias, para todos os servidores e as servidoras das Superintendências Regionais de Ensino.
- Melhoria das condições de trabalho das sedes das Superintendências Regionais de Ensino: adequar às instalações no que tange a manutenção da rede

elétrica; rotas de fuga e existência de extintores para casos de incêndio ou outras emergências.

- Incorporação dos ganhos com FGD para aposentadoria.

- Fim do apadrinhamento nas Superintendências Regionais de Ensino e imediato retorno dos servidores de escola para seus locais de trabalho.

7. OUTRAS DEMANDAS

- Concessão de vale-alimentação a todos/as os/as trabalhadores/as em educação.
- Criação de uma linha de crédito de financiamento para aquisição ou reforma da casa própria para os/as servidores/as da educação.
- Instituição do dia 15 de outubro como o Dia do Educador e feriado estadual.
- Liberação dos/as servidores/as da educação para participação em atividades promovidas pelo Sind-UTE/MG, sem prejuízo da remuneração e demais vantagens, bem como ausência de penalidade na vida funcional.

- Liberação sindical de todos os diretores e diretoras estaduais e coordenadores de subsele para o exercício de mandato sindical.
- Concessão da licença por interesse particular (LIP).
- Vale-cultura para os profissionais da educação.



Expediente: Sind-UTE/MG
Rua Ipiranga, nº 80 - Floresta - BH - MG
Fone: (31) 3481-2020 - Fax: (31) 3481-2449
Diagramação: Studium Eficaz - Fotos: Marcelo Sant'Anna - Arquivos/Sind-UTE/MG

